

12. CRISE OCULTA: O SUICÍDIO E SUAS LACUNAS NO CONTEXTO POLICIAL BRASILEIRO

Cleide Aparecida Gomes Rodrigues Fermentão

Pós doutora pela Universidade de COIMBRA-PORTUGAL, e pela UNISINOS-RS
Maringá – Paraná – Brasil

<https://orcid.org/0000-0002-7121-5565>

<http://lattes.cnpq.br/4532145888110686>

Cleide.fermentao@unicesumar.edu.br

Ellen Fernanda Caselato

Graduanda em direito, Unicesumar.

Maringá – Paraná – Brasil

<https://orcid.org/0009-0006-4045-2994>

<https://lattes.cnpq.br/6047239214794785>

caselatoellen@gmail.com

José Paulo Ferreira

Graduando em direito, Unicesumar.

Maringá – Paraná – Brasil

<https://orcid.org/0009-0009-6502-4373>

<https://lattes.cnpq.br/2859712442904809>

jpferreira2023@gmail.com

William Geovane Carlos

Mestre em História pela UEM; Graduando em Direito, Unicesumar

Sarandi - Paraná – Brasil

<https://orcid.org/0009-0009-9472-2576>

<https://lattes.cnpq.br/3651812517034435>

williamgcarlos@hotmail.com

RESUMO

O tema abordado é o suicídio, com enfoque especial no alto número de suicídios praticados por policiais. O objetivo central é compreender como esse grave problema afeta negativamente tanto a sociedade quanto as forças de segurança, que atuam sob intensa pressão externa e interna. Essa sobrecarga emocional e psicológica pode contribuir significativamente para o aumento dos índices de suicídio entre os profissionais da área, tornando o tema relevante para prevenção. A metodologia adotada é a dedutiva, baseando-se em pesquisas bibliográficas, fundamentadas em artigos científicos, reportagens e publicações relevantes. Optou-se por uma linguagem acessível, de modo que o conteúdo não se restrinja apenas aos especialistas, mas também alcance o público leigo, promovendo uma conscientização ampla sobre a gravidade da questão. Os resultados da pesquisa revelam uma preocupante lacuna na disponibilidade de dados estatísticos oficiais sobre o suicídio nas corporações policiais brasileiras, o que dificulta a formulação e implementação de ações eficazes de prevenção. Ainda assim, alguns estudos indicam que os índices de suicídio praticados por policiais superam os de outras categorias profissionais, especialmente em estados com baixos investimentos em saúde mental e suporte institucional à categoria. Foram identificadas algumas iniciativas pontuais de combate ao suicídio, como programas de apoio psicológico, no entanto, essas ações ainda carecem de estrutura adequada e de abrangência nacional. Conclui-se que o suicídio no meio policial é um fenômeno complexo, que exige respostas institucionais firmes, contínuas e sensíveis, capazes de oferecer suporte real aos profissionais da segurança pública. A relevância do tema destaca a necessidade urgente de políticas públicas voltadas à saúde mental dos agentes, em defesa do direito personalíssimo à vida dos policiais. Para isso faz-se necessário a ampliação das pesquisas sobre o assunto. Espera-se que este estudo contribua para o incentivo a novas investigações e para a construção de estratégias mais eficazes de prevenção.

PALAVRAS-CHAVE: Negligência. Pressão. Direito a personalidade.

ABSTRACT

This study addresses the issue of suicide, with a particular focus on the high incidence of suicides among police officers. The central objective is to understand how this serious problem negatively impacts both society and law enforcement personnel, who operate under intense external and internal pressures. Such emotional and psychological overload can significantly contribute to increased suicide rates within the profession, making the topic highly relevant for prevention efforts. The methodology employed is deductive, based on

bibliographical research utilizing scientific articles, news reports, and other relevant publications. An accessible language was chosen to ensure that the content reaches not only specialists but also the general public, fostering broad awareness of the issue's severity.

The research findings reveal a concerning lack of official statistical data on suicide within Brazilian police forces, which hampers the formulation and implementation of effective prevention measures. Nevertheless, some studies indicate that suicide rates among police officers exceed those in other professional categories, particularly in states with low investment in mental health and insufficient institutional support. Certain isolated initiatives to combat suicide, such as psychological support programs, have been identified; however, these measures still lack adequate structure and nationwide reach. The study concludes that suicide within the police is a complex phenomenon requiring firm, continuous, and sensitive institutional responses capable of providing real support to public security professionals. The relevance of the topic underscores the urgent need for public policies aimed at the mental health of law enforcement personnel, safeguarding the personal right to life of police officers. Expanded research on the subject is essential, and it is expected that this study will encourage further investigations and contribute to the development of more effective prevention strategies.

KEYWORDS: Negligence; Pressure; Right to personality.

1 INTRODUÇÃO

O suicídio é um fenômeno complexo, multifacetado e alarmante. Nas últimas décadas, tem sido reconhecido como uma grave questão de saúde pública em escala global. No Brasil, os índices de suicídio têm crescido de forma acelerada e preocupante, atingindo diversos grupos sociais. Dentre esses, destaca-se uma categoria frequentemente negligenciada tanto pela sociedade quanto pelo poder público: os profissionais da segurança pública, especialmente os policiais. Esses agentes atuam sob intensas pressões internas e externas, enfrentam rotinas exaustivas, exposição constante à violência e ao risco de morte, o que gera elevados níveis de estresse físico e esgotamento psicológico. Tais condições contribuem significativamente para o desenvolvimento de transtornos mentais e, em situações mais graves, podem levar ao suicídio.

A presente pesquisa tem como proposta central o estudo do suicídio no meio policial, analisando-se de que forma esse fenômeno se manifesta nas corporações policiais no Brasil. A escolha pelo enfoque no contexto policial se justifica pela crescente recorrência de casos relatados em diversas regiões do país, bem como pela urgente necessidade de ampliar os debates sobre a saúde mental dos profissionais da segurança pública. A pesquisa busca compreender as particularidades do ambiente ocupacional desses agentes, marcado por uma rígida hierarquia, pela carência de espaços adequados para o acolhimento psicológico e por um estigma social que, muitas vezes, impede a busca por apoio emocional e tratamento adequado.

O objetivo geral desse trabalho é compreender como esse grave problema afeta negativamente tanto a sociedade quanto as forças de segurança, sendo o suicídio o ato contrário à vida, que é um direito da personalidade. A violência existindo no Brasil, tem

gerado a quebra de confiança da sociedade na polícia, e, tal sociedade não analisa a intensa pressão e o risco constante que vivem os policiais. É possível identificar os fatores de risco que vivem os policiais, assim como a ausência de ações públicas em defesa dos policiais, de suas necessidades emocionais, para superarem o ambiente hostil e de risco que trabalham. Com os objetivos específicos, pretende-se descrever o contexto de trabalho e as pressões enfrentadas pelos policiais; identificar quais fatores institucionais, emocionais e sociais podem contribuir para o aumento do suicídio; mapear iniciativas existentes de apoio psicológico dentro das corporações e avaliar sua efetividade; e estimular o debate sobre a necessidade de ações permanentes voltadas à saúde mental do serviço policial.

A metodologia adotada será o método dedutivo, com pesquisa bibliográfica, com base em artigos científicos, reportagens e publicações especializadas. Essa abordagem permitirá analisar as informações importantes produzida por autores sobre o tema. A dialética a ser utilizada, tem como objetivo ampliar o alcance da discussão e contribuir para a conscientização social.

Entre as limitações dos estudos, é importante destacar a escassez de dados oficiais atualizados sobre suicídio nas corporações policiais Brasileiras. Muitos estados não possuem um sistema estruturado de monitoramento desses casos, o que dificulta a análise precisa e o mapeamento nacional do problema. Além disso, a cultura institucional de algumas corporações ainda reforça o silêncio e a negação sobre a saúde mental dos policiais, o que impacta diretamente a produção de conhecimento na área. Dessa forma, este trabalho se propõe a lançar luz sobre uma problemática urgente, abrindo espaço para reflexões, propostas e futuras pesquisas que contribuam para a preservação da vida dos agentes de segurança pública em nosso país.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O estudo do suicídio exige uma abordagem interdisciplinar, que considere fatores psicológicos, sociais, culturais e institucionais. Para que o tema seja discutido de forma adequada, é fundamental compreender seu significado. Segundo o dicionário Michaelis da Língua Portuguesa (2024), suicídio é definido como “ruína ou desgraça provocada em si mesmo, espontaneamente ou por falta de discernimento”. Essa definição evidencia a estreita relação entre o ato suicida e aspectos mentais e emocionais, reforçando a necessidade de que seja tratado com a mesma seriedade dispensada à saúde física. Reconhecer essa equivalência é essencial para a formulação de políticas públicas eficazes,

especialmente no contexto policial, onde os profissionais estão constantemente submetidos a situações de alta pressão emocional. Nesse sentido, Nogueira (2007) corrobora essa perspectiva ao afirmar que os policiais enfrentam riscos constantes de morte, além de outras condições que os tornam vulneráveis e suscetíveis a sentimentos de ansiedade e angústia. Outro aspecto relevante a ser analisado é o estigma que ainda recai sobre a saúde mental e o suicídio no meio policial. Segundo Rosenberg (2013), os policiais tendem a buscar tratamento apenas com médicos, em razão de valores arraigados na chamada “cultura policial”, que muitas vezes interpreta a procura por apoio psicológico como um sinal de fraqueza. Essa percepção limita o acesso a um acompanhamento psíquico adequado, dificultando a interrupção do ciclo de sofrimento e agravando os sintomas emocionais vivenciados pelos profissionais.

Pesquisas recentes da Organização Mundial da Saúde (OMS, 2023) indicam que o estresse ocupacional está diretamente relacionado às características específicas de determinadas profissões, como é o caso da cultura policial. O estresse é definido como um conjunto de reações físicas e emocionais desencadeadas pelo organismo diante de situações percebidas como ameaçadoras, colocando o indivíduo em estado de alerta. Embora o estresse, em níveis moderados, possa ser adaptativo, torna-se prejudicial quando o sistema psíquico não dispõe de tempo suficiente para se recuperar entre uma ameaça e outra, como frequentemente ocorre em ambientes policiais.

Diante disso, faz-se necessário apresentar dados concretos. O Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2024) destacou que o Brasil ocupa a oitava colocação entre os países da América com maior número de suicídios, apresentando uma taxa de 4,5 casos de autoextermínio para cada 100 mil habitantes. Entre os policiais da ativa, pertencentes a diferentes corporações, observou-se um aumento expressivo de 55,4% nas taxas de suicídio entre os anos de 2021 e 2022. Esse número é quase oito vezes superior ao crescimento registrado na população em geral. Tais dados evidenciam como a pressão cotidiana, associada a fatores como sentimento de culpa, impotência diante de determinadas situações e sobrecarga emocional, pode contribuir de forma significativa para o agravamento do risco de suicídio entre os profissionais da segurança pública.

Em continuidade à análise dos índices, uma reportagem publicada pelo portal G1 em 18 de julho de 2024 destacou dados alarmantes referentes à Polícia Militar do Estado de São Paulo no ano de 2023. Com base em informações obtidas por meio da Lei de Acesso à Informação, foi revelado que o número de suicídios entre policiais militares aumentou em

80% em comparação ao ano anterior, representando o maior índice registrado desde 2017. Esses dados evidenciam que, ao invés de uma redução, há um crescimento expressivo e preocupante dos casos.

O suicídio raramente ocorre de forma isolada, sendo resultado de uma complexa interação de fatores. No contexto dos profissionais de segurança pública, aspectos como históricos de depressão, uso abusivo de álcool e outras substâncias psicoativas estão entre os principais agravantes. Segundo Madruga e Kawahara (2020), os policiais militares encontram-se particularmente vulneráveis ao adoecimento psíquico, devido ao estresse organizacional contínuo, insônia frequente e consumo excessivo de substâncias como o álcool.

Minayo e Constantino (2008) destacam que a exposição contínua dos profissionais de segurança pública a situações traumáticas, como cenas de violência, ameaças constantes e pressão hierárquica, associada à carência de um suporte psicológico adequado, contribui significativamente para o agravamento do sofrimento psíquico desses trabalhadores. Esse ambiente laboral, marcado por tensões e ausência de acolhimento institucional, atua como um catalisador para o desenvolvimento de transtornos mentais graves, como a depressão, ansiedade e, em casos mais extremos, o suicídio.

Cada ato de autoextermínio de Policiais no Brasil é um evento trágico, tanto para família, corporação quanto para sociedade em um todo. As consequências são avassaladoras. Dito isso, se mostra a importância de isso ser tratado com prioridade e seriedade pelos comandantes, é de conhecimento que na atual sociedade a Depressão não é levada com a seriedade necessária, e deveria ter um olhar mais profundo sobre.

Entretanto, Miranda e Guimarães (2016) apontam a escassez de políticas públicas voltadas à prevenção do suicídio entre profissionais da segurança pública. As autoras destacam a negligência dos poderes executivo federal e estadual quanto aos investimentos em saúde mental nas corporações, o que contribui para a invisibilidade do problema tanto perante o Estado quanto à sociedade.

No contexto do combate à saúde mental dos policiais militares, o Estado do Paraná tem implementado medidas específicas para o atendimento e prevenção do adoecimento mental dos seus servidores. Conforme a Polícia Militar do Paraná (PMPR, 2024), foi criado o Centro Terapêutico da corporação, com a finalidade de oferecer suporte psicológico e biopsicossocial aos militares em serviço ativo. Esse centro realiza atendimentos preventivos e interventivos voltados à promoção da saúde mental e à reabilitação biopsicossocial, além

de proporcionar tratamento especializado, inclusive ambulatorial, para dependência química e outras comorbidades relacionadas ao uso de substâncias psicoativas.

Iniciativas como essa deveriam ser amplamente divulgadas e implementadas em todas as regiões do Brasil, pois evidenciam a relevância da segurança pública para a sociedade brasileira. Políticas públicas estruturadas e específicas, que valorizem a vida e a saúde mental dos profissionais de segurança, são fundamentais para a prevenção do suicídio e para assegurar o bem-estar desses agentes.

3 METODOLOGIA

A metodologia adotada para a elaboração deste trabalho será o método dedutivo, baseando-se em pesquisa bibliográfica, de natureza qualitativa e caráter descritivo, utilizando-se de registros disponíveis provenientes de estudos já realizados, oriundos de dados secundários e análises anteriores devidamente publicados por pesquisadores, doutrinadores, instituições acadêmicas e órgãos especializados. O levantamento teórico tem como objetivo reunir e interpretar informações que já foram consolidadas no campo de estudo, de modo a oferecer uma leitura crítica e aprofundada da realidade enfrentada pelos profissionais da segurança pública, com ênfase na temática do suicídio.

Foram consultadas fontes como artigos científicos, livros técnicos, teses e dissertações acadêmicas, publicações institucionais voltadas à área de segurança pública, bem como reportagens jornalísticas de veículos confiáveis da imprensa nacional e internacional, acessadas por meio de plataformas digitais e bases de dados acadêmicas. Também foram consideradas publicações oficiais de entidades como o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, além de portais governamentais e estudos de universidades reconhecidas no cenário brasileiro e internacional.

A escolha por esse tipo de pesquisa justifica-se pela intenção de mapear, descrever e analisar o conhecimento já produzido sobre o suicídio no meio policial, reunindo informações consolidadas e permitindo o confronto de diferentes perspectivas teóricas, institucionais, sociais e psicológicas. Trata-se de um método eficaz e apropriado para abordar temas sensíveis e complexos, como o suicídio entre policiais militares, especialmente diante da dificuldade de acesso direto a fontes primárias e da escassez de dados empíricos atualizados, além da confidencialidade que envolve muitos dos casos registrados nas corporações policiais.

A abordagem qualitativa mostra-se adequada, pois busca compreender o fenômeno de forma subjetiva e interpretativa, valorizando os contextos simbólicos, as narrativas presentes nos textos e os sentidos construídos em torno da realidade investigada. Já o caráter descritivo possibilita a apresentação detalhada das características do problema estudado, dos fatores de risco identificados, do impacto psicológico da profissão e das estratégias de prevenção já existentes nas forças de segurança pública, especialmente as de caráter regional, estadual e local.

Durante todo o desenvolvimento do trabalho, buscou-se empregar uma linguagem clara, objetiva e acessível, evitando jargões técnicos excessivos, com o intuito de atingir tanto o público acadêmico quanto o leigo, ampliando o alcance da discussão. A limitação referente à falta de dados atualizados reforça a urgência de novas pesquisas, ações efetivas e políticas públicas duradouras voltadas ao cuidado com a saúde mental dos profissionais da segurança pública, com enfoque preventivo, contínuo e humanizado, demonstrando a importância desses profissionais para a sociedade.

4 RESULTADOS ALCANÇADOS OU ESPERADOS

Por meio de toda a discussão aqui apresentada, é possível afirmar que o tema do suicídio é extremamente complexo e cercado de grande dificuldade para ser debatido. Como mencionado na introdução, sua abordagem requer sutileza, sensibilidade e destreza, uma vez que envolve aspectos emocionais profundos e afeta diretamente inúmeras pessoas — especialmente aquelas que já vivenciaram, em seu círculo social ou familiar, a perda de um ente querido em decorrência desse grave problema que atinge a saúde mental.

A análise do conteúdo estudado até o presente momento evidencia a urgência de direcionar esforços mais efetivos para a prevenção do suicídio, com atenção especial aos policiais militares no Brasil. Trata-se de uma categoria profissional que enfrenta cotidianamente situações de alto risco, estresse intenso, pressão psicológica e, muitas vezes, ausência de suporte emocional adequado — fatores que contribuem significativamente para o adoecimento mental.

As principais causas associadas ao suicídio estão relacionadas a transtornos mentais e comportamentais, frequentemente agravados ou desencadeados pelas condições de trabalho enfrentadas por esses profissionais, tais como: carga horária excessiva, escalas exaustivas, relações interpessoais conflituosas com pares e superiores,

bem como uma estrutura e ambiente organizacional por vezes inadequados. A hierarquia e a disciplina, que fundamentam a carreira policial, podem, quando desarmonizadas, provocar repercussões psicofísicas importantes em seus agentes. A profissão policial, considerada uma das mais estressantes da atualidade, impõe exigências emocionais e psicológicas que, sem acompanhamento adequado, podem resultar em sérios comprometimentos da saúde psíquica.

Pontua-se que um dos elementos principais na prevenção ao suicídio e no suporte às pessoas com ideação suicida é a existência de uma rede de apoio sólida. O resgate da saúde mental passa, necessariamente, pelo envolvimento das pessoas ao redor e pela promoção de um convívio social saudável, sendo fundamental também o início, a manutenção e o acompanhamento de tratamentos adequados, como a psicoterapia.

Existem diversos programas governamentais voltados ao apoio psicológico. No entanto, ressalta-se a necessidade de uma melhor divulgação desses serviços internos, de modo que todo o efetivo policial tenha plena ciência da estrutura de atendimento existente. Em situações extremas de sofrimento psíquico, o conhecimento e o acesso imediato a esse tipo de apoio podem ser decisivos para a preservação da vida. Também é imprescindível que as tentativas de suicídio sejam acolhidas com seriedade: sem acompanhamento psicológico contínuo e adequado, o risco de uma nova tentativa se intensifica. A atuação preventiva deve ser permanente, integrada e empática, visando não apenas à proteção da vida, mas também à promoção da saúde mental desses profissionais.

REFERÊNCIAS

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. 18º Anuário Brasileiro de Segurança Pública. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2024. Disponível em: <https://publicacoes.forumseguranca.org.br/handle/123456789/253>. Acesso em: 15 maio 2025.

G1. Suicídio entre PMs na ativa bate recorde no estado de SP em 2023, aponta anuário. G1, São Paulo, 18 jul. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2024/07/18/suicidio-entre-pms-na-ativa-bate-recorde-no-estado-de-sp-em-2023-aponta-anuario.ghtml>. Acesso em: 15 maio 2025.

MICHAELIS, Carolina; MICHAELIS, Henriette. Suicídio. São Paulo: Editora Melhoramentos, 2024.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; CONSTANTINO, Patrícia; SOUZA, Erika. Missão prevenir e proteger: condições de vida, trabalho e saúde dos policiais militares do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2008.

MIRANDA, Dayse; GUIMARÃES, Tatiana. O suicídio policial: o que sabemos? Dilemas, v. 9, p. 1-18, 2016.

NOGUEIRA, G.E.G. Condições de trabalho e saúde mental do trabalhador da segurança pública. Revista de Psicologia, Saúde Mental e Segurança Pública, v.1, n.4, p.53-58, jan./dez., 2007.

PEREIRA, G. K.; MADRUGA, A. B.; KAWAHALA, E. Suicídios em uma organização policial-militar do sul do Brasil. Cadernos Saúde Coletiva, v. 28, n. 4, p. 500–509, out. 2020.

POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ. Seção de Assistência Social. Disponível em: <https://www.pmpr.pr.gov.br/Pagina/SAS-Secao-de-Assistencia-Social>. Acesso em: 22 jul. 2024.

ROSEMBERG, A. A “cultura policial”: um debate teórico-metodológico. In: SOUZA, Luís Antônio Francisco de; MAGALHÃES, Bóris Ribeiro de; SABATINE, Thiago Teixeira (org.). Desafios à segurança pública: controle social, democracia e gênero. SP: Cultura Acadêmica, 2012. p. 67-86.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Estresse. Genebra: OMS, 2023. Disponível em: <https://www.who.int/news-room/questions-and-answers/item/stress>. Acesso em: 19 maio 2025.